

**Da cooperação institucional das instituições de ensino superior em Portugal  
- para uma estratégia global na abordagem do futuro da arquivística -**

Pedro de Abreu Peixoto  
(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

O texto inicial da comunicação que pretendíamos apresentar a este 6º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas sofreu, ao longo do tempo, significativas alterações de conteúdo, resultantes do desenvolvimento da reflexão sobre o tema, suscitada pela troca de impressões com colegas do mesmo ofício, por ocasião da realização de várias actividades relacionadas com o seu conteúdo - a nível nacional e internacional -, bem como pela necessidade de recentrar os eixos fundamentais das ideias que pretendemos apresentar, enquadrando-as da melhor forma no contexto da arquivística nacional.

Desta forma, o tema sugerido à Comissão Científica deste Congresso, a expressar num texto inicialmente intitulado: "**Da cooperação institucional universitária: para uma estratégia global da abordagem dos arquivos**", manifestou a necessidade de uma alteração que fosse de encontro à reequação de alguns parâmetros fundamentais, introduzidos posteriormente, optando-se pela utilização de um título mais adequado, que resulta assim no presente texto: "**Da cooperação institucional das instituições de ensino superior em Portugal: para uma estratégia global na abordagem do futuro da arquivística.**"

O desenvolvimento da comunicação, encarregar-se-á por si próprio em explicar estas alterações, que não ferem o sentido da proposta feita à referida Comissão Científica, a qual foi por esta amavelmente aceite,

A reflexão sobre uma temática tão específica como a do estado actual e das perspectivas do trabalho a desenvolver no futuro, no que diz respeito aos arquivos das instituições de ensino superior em Portugal, reflecte na perfeição o estado embrionário em que nos encontramos, em muitas das temáticas relacionadas com a actividade arquivística nacional.

Pensamos, neste caso específico, em todas aquelas que dizem respeito à uniformização de métodos de trabalho, à planificação de objectivos a atingir e à troca de experiências inter-institucionats a desenvolver, as quais quais se reflectem igualmente através da ausência de contactos internacionais que, de forma orientada e maximizadora das mais valias que podem gerar, se manifesta actualmente num grau muitíssimo baixo no nosso país.

Na verdade, atente-se ao exemplo do fraco historial de diálogo, não só entre as instituições deste grau de ensino, como igualmente nas suas relações com os organismos tutelares e com as instituições de arquivo e de ensino das ciências documentais, que praticamente não geraram, até ao momento, trocas significativas de ideias e experiências.

A tal facto não é alheia a falta, na maior parte das instituições de ensino superior, de quadros técnicos especializados, a que acresce uma relativa passividade por parte dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais (CECDs), no que concerne à necessidade urgente de um enquadramento prático claro da formação dos novos profissionais, integrando-os na realidade actual das instituições.

O reconhecimento da importância da "função arquivo" numa organização, seja na sua vertente de optimização da informação para a decisão, seja na da preservação da memória institucional - contribuinte directa para a história colectiva - não é, reconhecidamente, um dado adquirido pela globalidade das instituições de ensino superior em Portugal.

Por um lado, as instituições com uma já extensa história no panorama educacional português, não equacionam de forma objectiva - e efectiva -, a necessidade urgente de implementar sistemas de arquivo, baseados no princípio fundamental de "uma instituição um arquivo". E, de igual forma, as novas instituições não determinam, desde logo, a necessidade de contextualizar esta função na sua estrutura orgânico-funcional inicial, o que é claramente evidenciado por uma análise aos seus organogramas e conteúdos funcionais de cada unidade neles descriminadas.

Esta situação é corroborada pela quase total ausência de investimentos em meios humanos, técnicos, imobiliários e de orçamentação de despesas correntes, específicos para esta área em concreto.

O processo histórico não é, de forma objectiva, uma preocupação generalizada dos gestores e decisores. É com esta realidade que devemos contar, de forma a podermos alterá-la através de uma intervenção modelada pela pedagogia e pela intervenção activa na vida das instituições, revelando a potencialidade da "função arquivo" no quadro das estruturas organizacionais.

Toma-se cada vez mais urgente demonstrar as potencialidades da prática arquivística moderna, na resolução de problemas fundamentais das organizações, de que é exemplo a gravíssima situação da acumulação de massas documentais, ou mesmo a situação de reprodução descontrolada de documentos.

Não está em questão a necessidade da existência da "função arquivo". Questiona-se sim a sobrevivência das próprias instituições, contribuindo para evitar situações graves de crescimento burocrático, gerador de organizações complexas, sem funcionalidade prática, incompatíveis com o crescimento dos padrões de exigência, com que todos os serviços hoje se confrontam.

Ora, foi com o modelo directamente herdado da prática arquivística desde sempre desenvolvida no nosso país, que as instituições de ensino superior cresceram em Portugal, o que, ligado a um crescimento exponencial da introdução de novas tecnologias e de novas noções de gestão empresarial - que encontram nas universidades, politécnicos, institutos e escolas superiores, ninhos de investigação e aplicação prática por excelência - afasta quase totalmente os arquivistas enquanto parceiros fundamentais da gestão organizacional.

Não é por acaso que a arquivística apenas se mantém acima da linha de água, nas instituições de ensino superior portuguesas em que a componente de ensino e investigação na área das Ciências Humanas encontra uma forte componente estabelecida. Na maior parte dos casos, falar em "arquivística" é falar em "História" e nas ciências ditas suas auxiliares.

Não pensemos que existe uma má vontade expressa por parte das instituições de ensino superior portuguesas para com a arquivística em concreto. No fundo, novas tecnologias, novas formas de gestão e investigação de ponta, não combinam com esta ciência, caso ela opte por continuar a desenvolver práticas correntes, direccionadas fundamentalmente

Nas excepções felizmente existentes, não deixa no entanto de se revelar o esforço pessoal de determinados profissionais e de alguns dirigentes/decisores, que levam a que as instituições iniciem processos de constituição de serviços de arquivo ou da inclusão desta "função arquivo" em estruturas já existentes, nomeadamente a nível dos serviços de documentação em geral), sem no entanto se evidenciar a formação de uma sensibilidade institucional para o problema.

Objectivamente, não existe na maioria das instituições de ensino superior portuguesas, um reconhecimento institucional da importância da implementação de sistemas integrados de arquivo. A existir, como acima foi dito, resultam quase sempre de esforços individuais - mais ou menos actuais - geradores de serviços com maior ou menor reconhecimento por parte de toda a instituição, de acordo com a projecção das personalidades que lhes deram origem, ou que ainda por elas respondem.

No entanto, mesmo nestas excepções, dificilmente lhes é reconhecido e atribuído um papel de coordenação/decisão, nos assuntos que dizem directamente respeito à implementação, desenvolvimento e actualização das políticas de gestão documental na organização.

Não é difícil compreender a posição destas instituições, se atendermos ao facto de que a Arquivística em Portugal - desde que é reconhecida como ciência emergente ou estabelecida -, afeiçoou-se sempre mais à componente de guardiã da memória colectiva do que participou na criação de sistemas documentais que agilizassem o comportamento do documento nas instituições, tornando-os não em pesos mortos depois de cumprida a sua fase activa, mas parte de um todo, modelado de acordo com as necessidades de cada instituição e de acordo com um interesse geral do país.

Aos arquivistas liga-se assim - ainda na actualidade -, através de mecanismos automáticos de reconhecimento do seu papel nas organizações, uma ideia de "preparadores de fontes históricas", não lhes sendo reconhecido um papel decisivo no planeamento global das políticas de documentação e informação das organizações. Reserva-se-lhes um papel que os localiza na última fase da cadeia documental, longe da decisão, afastados do planeamento, esquecidos no investimento.

A arquivística portuguesa não se adequou ainda a estas novas linguagens, nomeadamente não as introduzindo na formação básica dos seus diversos patamares de formação. Ora, se a prática corrente a afastava das novas formas de gestão e da investigação de ponta, esta desadequação agravou cada vez mais o fosso existente.

E o mais grave, há que reconhecê-lo com a frontalidade necessária para a conquista de vitórias sobre novos desafios, é que continua nesse caminho - mesmo compreendendo a necessidade desta adequação -, persistindo na adopção de estratégias de administração de conhecimentos teóricos sobre novas tecnologias, sem lhes dar a contextualização prática de que elas carecem, a fim de prepararem os novos profissionais para uma inserção activa no contexto da globalização da ciência e das suas actuais metodologias.

Os Cursos de Especialização em Ciências Documentais continuam a formar profissionais desinseridos da vida real das instituições, não os preparando no âmbito das novas formas de gestão e de administração de empresas, ao mesmo tempo que ministram um conhecimento quase que exclusivamente teórico em termos de novas tecnologias, rapidamente desactualizado pela constante e rápida mutação a que estes estão sujeitos.

Nos Cursos de Formação de Técnicos Adjuntos o panorama não é mais consolador, insistindo numa estrutura curricular de base teórica, quando se deve caminhar no sentido de lhes serem ministrados conhecimentos que os tornem em elementos operacionais, no âmbito do cumprimento das tarefas do tratamento documental.

As excessivas cargas horárias de formação em áreas como a da paleografia e diplomática e a insistência na compartimentação da administração de conhecimentos ao nível das diversas etapas do ciclo vital dos documentos, são apenas dois exemplos que não vão de encontro às necessidades actuais da gestão das organizações, afastando os novos profissionais dos seus potenciais empregadores, que procuram soluções para problemas concretos de gestão das actividades quotidianas.

Mas é igualmente evidente que as "novas profissões" não souberam compreender a importância da arquivística, para a prossecução dos seus

para a recolha da "memória" e não para as necessidades de gestão quotidiana das organizações.

A imagem que a comunidade tem de determinada actividade profissional é dada pela acção concreta dos seus profissionais, no seio das organizações.

Ora, os arquivistas portugueses foram desde sempre maioritariamente enquadrados no funcionalismo público, tomando-se dele absolutamente dependentes, através de uma ligação a instituições com objectivos claramente orientados para a investigação histórica, seja em termos de a realizar, seja em termos de a possibilitar. É desta forma que as instituições de ensino superior - bem como as instituições em geral -, olham para os profissionais de arquivo.

Por estas razões, a que certamente se acrescentam outras mais específicas, a maioria das instituições não procurou o "Know How" necessário para a urgente determinação e planificação dos seus sistemas documentais e de informação em geral, junto dos profissionais de arquivo.

Assistimos em vez disso à procura de soluções junto dos profissionais formados pelas "novas profissões", que emergiram do surto avassalador da introdução de novas tecnologias da informação.

A estas profissões, emergentes sob a designação demasiado genérica e algo confusa de "organização e métodos" vai ser exigida a tarefa da estruturação, planificação, implementação e renovação de sistemas documentais, tarefa que não recusam, enquadradas que são por uma indefinição dos seus próprios limites e objectivos, metendo no mesmo saco todas as especificidades das tarefas de elaboração das estruturas orgânicas e funcionais das instituições.

O que está em causa, de forma muito pragmática, é a possibilidade que oferecem na utilização de linguagens afins e de metodologias baseadas em processos automatizados com a utilização de equipamentos tecnologicamente avançados, compreensíveis para um leque alargado de profissionais. Tal facto passou-se com todos os processos de miniaturização da imagem, como são exemplo a microfilmagem e, actualmente, a digitalização, com as capacidades reconhecidas em termos de armazenamento, agilidade e rapidez na troca de informação.

objectivos últimos em termos de organização de sistemas documentais em particular e dos sistemas de informação em geral.

Nem ao falharem rotundamente na ausência da perspectiva do documento enquanto parte de um todo, que deve ser compreendido a priori e não tratado de per si, integrando-o na estrutura produtora, como única forma de lhe dar a verdadeira dimensão da sua importância no contexto em que foi produzido, responderam à necessidade de caracterização da instituição e das suas necessidades em termos do estabelecimento do ciclo vital dos documentos.

Esse conhecimento básico, de que um documento só atinge o seu máximo valor informativo no contexto em que é produzido, devendo ser elaborado, guardado ou eliminado de acordo com esse mesmo contexto e o das suas características internas e externas, não foi procurado pelas novas metodologias para o tratamento da informação, levando na maior parte dos casos a resultados que colocaram em causa essas mesmas metodologias, quando, perante a necessidade de recuperar estruturas institucionais ou trâmites processuais através da documentação residual, apenas responderam com a recuperação de conteúdos individualizados, descontextualizando a informação do ambiente próprio em que foi produzida.

As microfilmagens por atado e as actuais digitalizações sem estruturação orgânico-funcional e documental de suporte, não podem deixar de ser exemplares do divórcio entre as ciências documentais e as novas tecnologias disponíveis para o tratamento da informação, numa completa alienação por parte de muitas instituições, incapazes de aceitar que as tecnologias de que podem dispor, não colocam, só por si, a ordem no caos.

E afinal, o conhecimento dos conceitos fundamentais necessários para a estruturação, planeamento, adequação e renovação de sistemas documentais é a base do conhecimento arquivístico moderno, através da reflexão profunda que oferece em volta do estabelecimento do conceito de "documento" e da sua inclusão nas estruturas orgânico-funcionais das instituições, baseado-se numa concepção sistémica, adequada às especificidades, necessidades e objectivos das organizações, suportado por um complexo e completo conhecimento do carácter interno e externo dos documentos e do seu papel no desenvolvimento das actividades quotidianas e de preservação da memória institucional.

O momento actual deve assim ser entendido como de urgente reflexão, acerca dos procedimentos que têm vindo a ser seguidos.

Antes de mais com a consciência de que, mais importante do que apontar culpados é descobrir soluções, que coloquem as ciências documentais em geral e, neste caso particular a arquivística, a falar a uma só voz com todas as outras áreas do conhecimento, tendo em vista a procura da optimização e flexibilização dos sistemas documentais nas instituições, congregando a teoria e a prática arquivísticas com as novas tecnologias e conhecimentos.

Este é o caminho mais curto para um novo entendimento e uma nova perspectivação do papel dos sistemas documentais nas instituições, capaz de desfazer as compartimentações absurdas, existentes na globalidade dos sistemas de informação organizacional.

Ora, é neste ponto que idealizamos o papel essencial das instituições de ensino superior, na procura de soluções que se aproximem cada vez mais das necessidades das organizações modernas, no que respeita à criação de sistemas de informação globais e, a fortiori, de sistemas documentais orientados, capazes de suportar uma gestão documental adequada, orientadora das necessidades objectivas e não produtora de massas indescritíveis de documentos, acumulados sem senso, e que são condenadas a esperar legislação própria, na esperança de que a mesma possa trazer uma milagrosa solução digitalizante.

A concatenação, nas instituições de ensino superior, das preocupações próprias de qualquer instituição moderna na valorização e optimização dos sistemas de apoio à decisão, aumentando a sua eficiência e eficácia, juntamente com os objectivos específicos de investigação e aplicação de novos conhecimentos, apoiados nas novas tecnologias em mutação constante, tendo como principal preocupação o serviço à comunidade - humanizando e objectivando os seus fins - fazem destas instituições o fio condutor perfeito que pode permitir a ligação entre o teórico e o prático, lançando a reflexão e prática arquivísticas na procura de metodologias que aproveitem as possibilidades de uma nova geração de conhecimentos, fazendo com que estas atinjam o seu grau máximo de valoração.



Em poucas palavras, as instituições de ensino superior portuguesas, pelas condições humanas e técnicas que normalmente comportam, debruçando-se no dia a dia sobre perspectivas teóricas e sobre aplicações práticas, juntando-as na procura de um conhecimento cada vez mais completo, devem dar o sinal de partida para a renovação do conhecimento e prática arquivísticas, através da aplicação efectiva de sistemas de informação e do desenvolvimento de estratégias de diálogo com o órgão coordenador da política arquivística nacional e com todos os demais agentes empenhados neste processo de renovação.

Uma vez delineado o esquema básico/teórico para a recuperação dos elos de ligação fundamentais entre a teoria e prática arquivísticas e os novos conhecimentos geradores de novas tecnologias, quais os passos a seguir pelas instituições de ensino superior, com vista à obtenção do resultado esperado?

Estrutturamos esse processo em três fases fundamentais a desenvolver.

O primeiro passo deve consistir numa inversão das relações existentes entre as instituições e o órgão coordenador da política arquivística nacional. Em vez de esperar por soluções técnicas por parte desse órgão as instituições do ensino superior devem, em estrita colaboração com o mesmo e submetendo-as ao seu controlo técnico, apresentar propostas que vão de encontro à resposta às necessidades da especificidade das suas estruturas, no quadro global das orientações a nível nacional.

Quer isto dizer que defendemos que não se devem continuar a procurar na estrutura nacional de coordenação arquivística, a resolução para todos os problemas das múltiplas especificidades institucionais existentes no país. Se o fizermos retiramos poder de flexibilização na coordenação, pela necessidade de desmultiplicação de estudos de caso.

Esta fase inicial, deve assim orientar-se no sentido da mais estrita colaboração entre todas as instituições de ensino superior, seja na implementação de sinergias para o reconhecimento da importância da "função arquivo" nas organizações, seja para a fixação de propostas para elaboração dos instrumentos fundamentais da gestão documental, nomeadamente a da determinação de funções-meio, com a uniformização de tipologias documentais e da tramitação administrativa, com vista à

elaboração de Tabelas de Selecção e Avaliação Documental, devidamente aprovadas pela tutela, facilitando a elaboração de Portarias específicas para cada instituição. Só desta forma se pode proceder a uma correcta gestão documental, prevenindo acumulações continuadas e resolvendo as que já são uma realidade.

A experiência de cada uma das instituições de ensino superior é fundamental para um resultado global aplicável, com base no princípio da universalidade, sendo essenciais as colaborações entre todas as Universidades, Institutos Politécnicos, Institutos Superiores e Escolas Superiores, com o apoio dos seus órgãos próprios de coordenação a nível nacional.

Neste ponto específico, é de assinalar a criação **do Grupo de Trabalho para os Arquivos do Ensino Superior**, no seio da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), fruto de uma acção fundamental de dinamização por parte do Arquivo Central e do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, enquadrado num conjunto de recomendações saídas da conferência **"Arquivos Universitários"**, realizada naquela Faculdade em 8 de Maio de 1997 e endereçadas a várias instituições, as quais mereceram, pelo menos, a maior atenção por parte do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), sendo que nos apraz registar a pronta adesão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) a essas mesmas recomendações, de que fazem parte igualmente um conjunto fundamental de medidas respeitantes a pessoal técnico, instalações e orçamentos específicos.

A colaboração inter-institucional com base numa acção coordenada com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, dá já mostras de ser possível de realizar, numa altura em que se revela a abertura deste último à comunidade arquivística, nomeadamente com a preocupação com a formação profissional contínua e orientada para a preparação da resolução dos problemas de urgente resolução, condição fundamental para a institucionalização de projectos nesta área.

A compreensão dos perigos resultantes do fecho da comunidade arquivística sobre si própria, preocupada apenas com a recolha e preservação da memória colectiva, sem compreender que esta se forma todos os dias, por todas as instituições e pessoas, parece evidente por parte

da nova orientação que tem vindo a ser desenvolvida por parte do IAN/TT. Não podemos perder a oportunidade histórica que pode significar esta mudança na renovação da arquivística em Portugal.

Quanto ao segundo passo, deverá desenrolar-se dentro de cada instituição. É nelas que se fundamenta a mudança, através de um trabalho persistente de afirmação da função do arquivista no desenvolvimento das estratégias globais de informação, apoiadas pelas estruturas de decisão.

Mas qual o modelo de intervenção a desenvolver por parte do arquivista, dentro da instituição em que se insere? Neste campo, defendemos não apenas a necessidade de uma intervenção activa na implementação de sistemas integrados de gestão documental, devidamente enquadrados no contexto da política geral de informação de cada instituição e devidamente adequados à especificidade de cada estrutura orgânica, com o respeito pela determinação da uniformização dos procedimentos que concorrem para o desenvolvimento das funções-meio, como igualmente a total interconexão com as capacidades científicas e tecnológicas de cada instituição.

O arquivista deve ser capaz de enquadrar as metodologias próprias da sua actividade no contexto global das actividades pedagógicas e de investigação da organização onde se insere, dando matéria prima para a reflexão teórica e para o desenvolvimento de instrumentos de trabalho - nomeadamente através da aplicação das novas tecnologias - , que concorram para a eficiência e eficácia das tarefas próprias da sua actividade, pelas estruturas científicas e de investigação, facilitando a compreensão da importância da função do "sistema de informação", para o normal funcionamento da instituição.

No que diz respeito a esta última questão, é importante realçar o papel fundamental que cabe ao arquivista na intervenção em projectos relacionados com a produção, selecção, avaliação e preservação de documentos electrónicos.

Numa altura em que a informação circula cada vez com maior fluxo em suporte electrónico, seja dentro da instituição seja no seu contacto com o exterior, toma-se fundamental inserir o documento produzido nestes suportes no contexto da globalidade da produção documental da instituição, contribuindo para a clarificação do conceito de "Informação" como realidade

fundamental a avaliar, tendo em vista a defesa dos objectivos da instituição a curto, médio e longo prazo.

A forma natural e automática como hoje se elaboram, alteram e eliminam documentos produzidos em suporte electrónico, leva a que não se equacionem questões fundamentais como as relacionadas com os direitos de autor, autoria, autenticidade, preservação da informação não avaliada, compatibilidade de suportes - com consequências na circulação da informação perenidade dos suportes e, com grande acuidade, a tendência para que se questione a pertinência da necessidade de manutenção em múltiplos tipos de suporte, da informação vital para a instituição.

Ao arquivista cabe a complexa tarefa de dar unidade e uniformidade a todo o sistema, equacionando toda a problemática relacionada com a produção de informação em suportes tradicionais e em novos suportes, em constante mudança, o que prenuncia a necessidade inexorável de uma acção multidisciplinar, que ganha particular consistência numa instituição com fins específicos, entre outros, de investigação e desenvolvimento.

E, por último, o terceiro passo, que se assume como a última parte de um ciclo em constante movimento: o do serviço à comunidade. Não só à comunidade arquivística através da colaboração inter-institucional acima referida, ou à instituição em si própria através da colaboração em projectos científicos e no lançamento de novas propostas de estudo, para além da compreensão de toda a estrutura orgânico-funcional da instituição e da implementação de um sistema de arquivo adequado, mas tomada aqui a partir do conceito de **universitas**.

A universalidade da instituição que a lança na primeira fila do serviço à comunidade, dando resposta às necessidades de instituições e pessoas que recorrem aos centros de saber para a resolução de múltiplos problemas específicos. A instituição com que todos contam, desde a resolução do que parece insolúvel à explicação do óbvio. O que, nas palavras do Prof. Doutor José Manuel Torres-Pereira, deve ser um "Centro de Excelência".

Não queremos desenvolver esta última ideia, só por si capaz de ser tema de um congresso, numa comunicação que pretende equacionar o papel das instituições de ensino superior portuguesas no contexto do desenvolvimento futuro da arquivística.

Contudo, relacionando o que acima foi dito, consideramos estar em condições de contribuir de forma sustentada, para um debate sério sobre a pertinência da criação de licenciaturas em Ciências Documentais, com o conseqüente desenvolvimento de carreiras académicas que só têm sentido quando ligadas a actividades de investigação, para as quais não faltam temas,

É, sabemo-lo bem, uma questão continuamente adiada, que não pode ser aberta apenas nas reuniões realizadas especificamente para o efeito, mas que tem que ser entregue a uma Comissão de Avaliação que produza um Relatório Preliminar sobre a alteração dos currículos de formação, coordenando os objectivos a atingir por cada patamar de formação, submetendo-o à apreciação de toda a comunidade - que tem que assumir a importância da sua participação activa - sugerindo a tomada de decisão pelos órgãos competentes.

Consideramos no entanto provada a importância da função dos arquivistas no quadro global do desenvolvimento das organizações, bem como do papel fundamental que, no futuro, de forma serena e ponderada, cabe às instituições do ensino superior na renovação da arquivística em Portugal.

Pedro de Abreu Peixoto

